



O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, através da COPEL – COMISSÃO DE PERMANENTE DE LICITAÇÃO, e da Pregoeira, designada pela Portaria Nº 002/2017, torna público, para conhecimento dos interessados que, na data e horário abaixo indicados, fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, em Sessão Pública Virtual, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, que será regida pela Lei Nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto 10.024/2019, Lei Complementar Nº 123/2006, pela Lei Municipal Nº 1902/2020 e Lei Nº 8.666, de 21/0/1993, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFEÇÃO DE FARDAMENTO PARA USO, EXCLUSIVAMENTE, DOS AGENTES PÚBLICOS QUE EXECUTAM OS SERVIÇOS ESSENCIAIS E CONTÍNUOS DE LIMPEZA URBANA (AGENTES DE LIMPEZA URBANA) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS – SESP, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHA NESTE EDITAL.**

**Recebimento das Propostas de Preços:** até às 08:00h. do dia 19/10/2022.

**Abertura das Propostas:** Às 08:00h. do dia 19/10/2022.

**Início da Sessão de Disputa de Preços:** Às 08:30h. do dia 19/10/2022.

**Local:** [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**Modo de Disputa:** Aberto e Fechado. ID [961346](#)

## **1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFEÇÃO DE FARDAMENTO PARA USO, EXCLUSIVAMENTE, DOS AGENTES PÚBLICOS QUE EXECUTAM OS SERVIÇOS ESSENCIAIS E CONTÍNUOS DE LIMPEZA URBANA (AGENTES DE LIMPEZA URBANA) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS – SESP, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHA NESTE EDITAL.**

1.2. Integram este Edital, independente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Minuta do Contrato;
- b) Anexo II - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação;
- c) Anexo III – Modelo de Declaração de Inexistência, em seu Quadro de Pessoal, de Empregado nos termos do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e Lei Nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Nº 4358/02;
- d) Anexo IV – Carta de Convocação para Assinatura do Contrato;
- e) Anexo V – Planilha Discriminativa.
- f) Anexo VI – Termo de referência.
- g) Anexo VI – Modelo de Apresentação de Impugnação ou recurso.

## **2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

2.1. A Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas utilizará o Portal do **Pregão Eletrônico do Banco do Brasil S/A**, para a realização desta Licitação, conforme Convênio de Cooperação Técnica;

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira designada pela Portaria Nº 002/2017, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br);

2.3. Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília (DF) e, dessa forma, serão registradas no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao Certame.

## **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;



3.1.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de Habilitação e Proposta de Preços sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital;

**3.2.** Poderão participar deste **Pregão Eletrônico** quaisquer licitantes que:

- a) Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) Atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital;
- c) Comproven possuir os documentos de Habilitação requeridos no Item 9 – **Documentação de Habilitação**.

**3.2.1. Será admitida a participação de consórcios, atendidas as condições previstas no Art. 33 da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993, e aquelas estabelecidas neste Edital, da forma a seguir.**

a) Em se tratando de consórcio, as participações de empresas ficam condicionadas, além das exigências contidas neste EDITAL, ao atendimento dos seguintes requisitos:

**a.1)** Apresentação de instrumento prévio de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, registrado nos órgãos competentes, que não deverá revelar dado contido nas PROPOSTAS COMERCIAIS, do qual constem em cláusulas próprias:

**a.2)** Denominação do consórcio;

**a.3)** Composição do consórcio e indicação da empresa líder, à qual serão conferidos amplos poderes para representar os consorciados, ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante a LICITAÇÃO, podendo, inclusive, assumir obrigações perante a Administração Pública, que, na hipótese de consórcio entre empresas nacionais e estrangeiras, será sempre empresa nacional.

**a.4)** Compromissos e obrigações dos consorciados, entre si e em relação ao objeto da LICITAÇÃO, com a especificação, inclusive, se for o caso, da divisão das atividades relacionadas à prestação dos serviços entre as empresas consorciadas;

**a.5)** Compromisso expresso de responsabilidade solidária dos consorciados pelos atos praticados sob consórcio na fase de LICITAÇÃO e durante a execução da Ata de Registro de Preços, bem como pelos encargos fiscais e administrativos referentes ao objeto da Ata de Registro de Preços até o seu recebimento definitivo;

**a.6)** Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou sob qualquer forma modificada, desde a entrega da DOCUMENTAÇÃO até a assinatura da Ata de Registro de Preços e daí por diante, exceto com autorização prévia e expressa do MUNICÍPIO de competência exclusiva do titular da Secretaria Municipal Requisitante, desde que mantidas as condições de garantia constantes do edital e da Ata de Registro de Preços.

**3.2.2.** A inabilitação ou desclassificação de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação ou desclassificação do consórcio.

3.2.3. Os documentos de todas as consorciadas deverão ser apresentados de acordo com o previsto neste Edital.

**3.2.4. A empresa consorciada fica impedida de participar de outro consórcio ou de oferecer proposta isoladamente nesta LICITAÇÃO.**

**3.2.5.** O instrumento de consórcio não deverá revelar dados contidos na proposta, ainda sigilosos.

**3.2.6. A empresa líder deverá ter amplos poderes para representar os consorciados no procedimento licitatório e no contrato, receber, dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;**

**3.2.7. Todos os licitantes do consórcio deverão demonstrar experiência anterior nas atividades exigidas para a comprovação de capacidade técnica, admitindo-se o somatório dos quantitativos de cada consorciado, observadas as regras constantes do EDITAL e nos termos do artigo 33 da Lei nº8.666/93.**

**3.3. As empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.**

#### **4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**4.1.** O Certame será conduzido pela Pregoeira, que terá as seguintes atribuições:

- a) Coordenar os trabalhos da Equipe de Apoio;



- b) Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao Certame;
- c) Abrir as Propostas;
- d) Analisar a aceitabilidade das Propostas;
- e) Desclassificar Propostas, indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da Proposta do lance de Menor Preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos.

#### **5. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**5.1.** Nos casos de microempresa deverão ser apresentados documento emitido pela Junta Comercial comprovando o regime diferenciado;

**5.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**5.3.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 5.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

#### **6. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL S/A**

**6.1.** Para acesso ao Sistema Eletrônico, os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtida junto às Agências do Banco do Brasil S/A, sediadas no País;

**6.2.** As Pessoas Jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo-lhes poderes para formular lances de preços e participar de todos os demais atos e operações no Sistema Eletrônico *licitações-e*;

**6.3.** Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

**6.4.** A chave para identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S/A, devidamente justificado;

**6.5.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por sua representante, não cabendo a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas ou ao Banco do Brasil S/A a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

**6.6.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

**6.7.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos;

**6.7.1.** A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção "Acesso identificado";



**6.8.** Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, durante a Sessão Pública Virtual do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema Eletrônico ou de sua desconexão.

## **7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**7.1.** No julgamento das Propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

## **8. ENVIO DAS PROPOSTA DE PREÇOS**

**8.1.** O encaminhamento da Proposta de Preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus anexos. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances;

**8.2.** Ao oferecer sua proposta no Sistema Eletrônico, o licitante deverá preencher, obrigatoriamente, o campo **CONDIÇÕES DO PROPONENTE**, com as seguintes informações:

**a)** Especificação completa dos bens, atendendo a todas as exigências discriminadas na Planilha Discriminativa, com a descrição precisa do que pretende ofertar;

**b)** Preço (s) proposto (s) para o (s) lote (s) ofertado(s), expresso (s) em real (is), junto ao (s) qual (is) considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes e encargos de qualquer natureza);

**c)** As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação das mesmas em Sessão Pública. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias.

**8.3.** Até a abertura da Sessão Pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

## **8.1. PRAZO DE ENTREGA E PERÍODO CONTRATUAL**

**8.1.1.** A licitante vencedora se compromete a efetuar a entrega do objeto, no **PRAZO** não superior a 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato, mediante Solicitação de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP.

**8.1.2.** O **LOCAL DE ENTREGA** será na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Av. Gerino de Souza Filho, QD.14 – LTS 2,3,16 E 17, Bairro: Caji – Lauro de Freitas/BA, no horário comercial das 07h às 13h.

**8.1.3** Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no fornecimento do objeto, fica a CONTRATADA obrigada a substituir o objeto no prazo de 10(dez) dias, contados a partir da comunicação de recusa, sem ônus para a CONTRATANTE;

**8.1.4** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado no item anterior, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções.

**8.1.5.** Será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, obedecendo aos limites legais do art. 57 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

**8.5.1.** Havendo prorrogação no prazo do contrato, após 12 (doze) meses, poderá ser reajustado o contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da proposta, adotando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha substituí-lo.

## **8.6. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS**

**8.6.1** A apresentação das amostras será feita em 05 (cinco) dias úteis, após a data da Sessão de Pregão Eletrônico, pela licitante classificada em primeiro lugar, no **Almoxarifado da SESP: Av. Gerino de Souza Filho, QD.14 – LTS 2,3,16 E 17, Caji – Lauro de Freitas/BA**; Horário de funcionamento: de segunda-feira a sexta-feira, das 07h às 13h.



**8.6.2.** As amostras serão avaliadas por um representante indicado pela SESP, a fim de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações técnicas constantes nesse Termo de Referência. Os critérios de avaliação das amostras serão: - QUALIDADE: Qualidade do produto apresentado. - ESPECIFICAÇÃO: O produto licitado atende à todas as exigências do presente termo.

**8.6.3.** Se a amostra for rejeitada, ou não for entregue no prazo estabelecido, o licitante será desclassificado do processo licitatório. A decisão que aceitar ou rejeitar a amostra será formalizada por despacho fundamentado.

**8.6.4.** As AMOSTRAS deverão estar dentro do prazo de validade e devidamente identificadas, preferencialmente com etiqueta(s) autocolante(s), constando o nome da empresa e o número do item a que se refere(m).

**8.6.5.** Os produtos apresentados como AMOSTRAS poderão ser abertos, manuseados, desmontados, receber cortes, seções, vincos ou movimentos nas peças, se necessário, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da AVALIAÇÃO TÉCNICA.

**8.6.6.** Dependendo do caso e visando a necessidade de simplificar o procedimento, poderá ser admitida apresentação de AMOSTRAS contendo pelo menos uma quantidade de cada unidade constitutiva do item ou lote.

## **9. DOS DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO**

### **9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Ato Constitutivo, Estatuto Social publicado de acordo com a Lei Federal Nº 6.404/76 ou Contrato Social em vigor e Alterações, devidamente registrado e Consolidado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de Documentos de eleição de seus administradores;

b) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

c) Cédula de Identidade do representante da empresa;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Registro Comercial, no caso de Empresa Individual.

### **9.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas –CNPJ;

b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) CND/Receita Federal, Fazenda Nacional e INSS(Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa com a Receita Federal e a Fazenda Nacional), inclusive quanto a Contribuições Previdenciárias e de Terceiros (INSS);

e) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede da empresa;

f) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Estaduais;

g) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

h) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho(CNDT)–Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da CLT;

**i) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de Regularidade Fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, aplicando-se os termos do item 5 deste Edital;**



### **9.3. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**9.3.1.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da Sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, conforme o caso. A data de expedição da certidão deverá ser de até 30 (dias) dias antes da data de entrega do envelope de Habilitação;

**9.3.2** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social da empresa, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

**9.3.4.** Os balanços das sociedades por ações deverão ser apresentados com ata de aprovação pela assembleia geral ordinária, registrada na Junta Comercial. Fica dispensado esta exigência para pessoa física e Associação ou Cooperativa, sendo dos últimos, exigido a prestação de contas do último exercício financeiro assinado pelo contador.

**9.3.5.** Em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, estas estarão dispensadas de apresentar balanço patrimonial desde. Devendo, no entanto, apresentar em substituição ao Balanço Patrimonial, Declaração formal do contador informando o seu enquadramento no Super Simples Nacional;

### **9.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**9.4.1.** Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter a licitante executados os serviços pertinentes e compatíveis com objeto desta licitação. Se o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, em caso de dúvida da autenticidade da assinatura, poderá ser exigido o reconhecimento de firma passada em cartório do titular da empresa que firmou a declaração.

**a)** A Certidão ou Atestado apresentada(s) poderá(ão) ser diligenciado(s) de acordo com o § 3º do Art. 43, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

**b)** Serão aceitos atestados compatíveis e pertinentes àqueles especificados no objeto deste Edital, em um ou mais Contratos, conforme dispõe o § 3º do Art. 30 da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**9.4.2.** A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, APÓS ENCERRAMENTO DO CERTAME CÓPIA AUTENTICADA OU EM SEU ORIGINAL DOS LAUDOS EMITIDOS POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO/IPT QUE COMPROVE MARCA DO PRODUTO, SUA COLORAÇÃO, MODELO, LARGURA OBTIDA (CM), COMPRIMENTO OBTIDO (CM), GRAMATURA OBTIDA (G); ENSAIO DE TRAÇÃO ATÉ A RUPTURA DO PRODUTO QUE COMPROVE FORÇA MÍNIMA DE 75KGF

**9.4.3.** O LICITANTE VENCEDOR DEVERÁ APRESENTAR EM 10 (DEZ) DIAS, APÓS O ENCERRAMENTO DA SESSÃO , CÓPIA AUTENTICADA OU ORIGINAL DO ENSAIO REALIZADO PELOS LABORATÓRIOS ACREDITADO PELO INMETRO EMITIDO NOS ÚLTIMOS 18 MESES COMPROVANDO OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR 9191 DE 2008, CÓPIA DO CERTIFICADO DE REGISTRO DO FABRICANTE NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 6/2013 E CÓPIA AUTENTICADA CERTIFICADO EMITIDO PELA ABNT OU SIMILIAR DENTRO DE SUA VALIDADE

### **9.5. OUTROS DOCUMENTOS**

**9.5.2.** Declaração, sob as penalidades cabíveis, de existência de fato superveniente impeditivo de Habilitação, fornecida pela empresa e devidamente assinada pelo sócio, dirigente, proprietário ou procurador – Anexo II;

**9.5.3.** Declaração de cumprimento do Art. 7º, Inciso XXXIII da Constituição Federal e na Lei Nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Nº 4.358/02, fornecida pela empresa e devidamente assinada pelo sócio, dirigente, proprietário ou procurador - Anexo III;



9.5.4. A Pregoeira poderá, eventualmente, consultar a Base de Dados dos Órgãos expedidores da documentação obrigatória mencionada nos itens 9.1 e 9.2;

9.5.5. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, a Pregoeira inabilitará o licitante;

**9.5.6. Também será Inabilitado o licitante:**

a) Que não atender às condições deste Edital;

b) Contra o qual venha a restar comprovado, ainda que posteriormente à fase de Habilitação, fato com ela relacionado e que enseje na habilitação.

**10. DA SESSÃO DO PREGÃO PÚBLICA ELETRÔNICO**

10.1. A partir do horário previsto no Edital terá início à Sessão Pública Virtual do Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de preços recebidas, passando a Pregoeira a avaliar a aceitabilidade das mesmas;

10.1.1. A Pregoeira verificará as Propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital;

10.1.2. A desclassificação de Proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes que tiverem suas Propostas classificadas deverão estar conectados ao sistema para participar da Sessão de lances. A cada lance ofertado, o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

10.2.1. O licitante somente poderá oferecer lance por meio eletrônico e que seja inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema Eletrônico.

10.2.2. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

10.3. Durante a Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante;

10.4. A etapa de lances da Sessão Pública será de acordo com o Decreto 10.024/2019;

10.5. Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contra Proposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor Proposta, observado o critério de julgamento, não sendo admitida negociação de condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

10.6. Encerrada a etapa de lances da Sessão Pública Virtual e, sendo aceitável a oferta da Proposta classificada em primeiro lugar, o licitante terá o prazo de 02 horas para encaminhar a Proposta com valor final, após esse prazo o licitante será desclassificado. A Pregoeira verificará, também, o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas no item 9 deste Edital;

10.7. Se a Proposta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a Proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma Proposta que atenda ao Edital;

10.8. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas no Edital, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado do Pregão Eletrônico;

10.9. A adjudicação realizar-se-á na própria ata de reunião e obedecerá a estrita ordem de classificação;

10.9.1. O detalhamento da Proposta, nos termos do item 8.2, com os valores readequados de acordo com os lances, se for o caso, será apresentada com a assinatura do licitante, sem rasuras, emendas ou entrelinhas e, ainda, com as seguintes informações:

a) A razão Social do licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de FAX e, se houver, *e-mail*, e o respectivo endereço, bem como a indicação do Banco, Agência e número da Conta Corrente;



- b) A descrição completa do(s) bem (ns)ofertado(s);
- c) Preço(s) GLOBAL (is) propostos para o(s) bem(ns) ofertado(s), já devidamente corrigido após o encerramento dos lances;
- d) Prazo de validade da Proposta de 60 (sessenta) dias.

10.10. No caso de desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

10.10.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será SUSPENSA e terá reinício somente após expressa comunicação da Pregoeira aos licitantes.

## **11. ESCLARECIMENTO / IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

11.1. As razões dos pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao processo licitatório deverão ser enviadas à Pregoeira, até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do endereço de e-mail [copel2017@yahoo.com](mailto:copel2017@yahoo.com).

11.1.1. Para apresentar impugnação o licitante **OBRIGATORIAMENTE** precisa preencher e apresentar, **juntamente com o pedido**, nos termos indicados acima, o **documento Apresentação de Impugnação contido no modelo do Anexo VII deste Edital**, para que haja o controle via protocolo por parte da Administração.

11.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá a Pregoeira, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 dias;

11.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do Certame;

11.4. Aos Licitantes que apresentarem questionamentos em forma de Impugnação, para obter o retardamento do certame licitatório, aplicar-se-ão as penalidades previstas no Art. 7º da Lei Nº 10.520/2002.

**11.5. Todo e qualquer pedido de esclarecimento ou impugnação enviados após o prazo legal indicado neste Edital ou após o horário de funcionamento da COPEL não serão conhecidos, ocorrendo normalmente a sessão previamente agendada.**

11.7. A data e hora a serem utilizadas para fins deste item serão as indicadas quando do recebimento do email.

## **12. DOS RECURSOS**

12.1. Ao final da Sessão Pública Virtual, qualquer licitante poderá, exclusivamente pelo Sistema Eletrônico, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer. Essa manifestação se fará com o registro da síntese de suas razões, hipótese em que lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias** para apresentação das razões do **RECURSO, juntamente com o documento de Apresentação de Recurso contido no Anexo VII deste Edital**, por meio eletrônico através do endereço de e-mail [copel2017@yahoo.com](mailto:copel2017@yahoo.com), ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção do licitante em recorrer importará a decadência do direito de recurso e a Pregoeira adjudicará o objeto do Certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora (s), sendo submetido o presente procedimento a Prefeita para Homologação;

12.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), em regra, terá(ão) efeito suspensivo e será (ão) dirigido (s) à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade;

12.4. Decididos os recursos, a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/ Bahia, fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e encaminhará a autoridade competente que homologará o procedimento licitatório;

12.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. A data e hora a serem utilizadas para fins deste item serão as indicadas quando do recebimento do email.





### **13. DA DESPESA**

13.1. A despesa decorrente da presente licitação correrá à conta de recursos previstos nos Orçamentos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas: **00 - TESOIRO**.

### **14. DO PAGAMENTO**

**14.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da certificação de que o material foi aceito e devidamente atestado, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura.

**14.2.** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/BA quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes. Serão efetuadas as retenções na Fonte dos impostos, conforme Legislação vigente. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**14.3.** Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da Contratada, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

### **14. DO ADITAMENTO**

14.2. O Contrato proveniente deste Edital poderá ser aditado ou prorrogado, desde que dentro das determinações e limitações da Lei 8.666/93, aplicável às contratações da Administração Pública, inclusive quanto aos prazos para a execução contratual.

### **15. DAS PENALIDADES**

**15.1** Caso a CONTRATADA deixe de entregar ou apresente documentação falsa exigida para o certame, venha provocar o retardamento da execução de seu objeto, não mantenha a proposta, falhe ou fraude na execução do contrato, venha a comportar-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal, ficará sujeita às seguintes penalidades:

I. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total, previsto neste instrumento;

II. Multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total, previsto neste instrumento, acrescido da multa de 10% (dez por cento) de que trata a alínea anterior, se for o caso, durante o período de atraso injustificado objeto de licitação ou cumprimento de qualquer outra cláusula contratual;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelo juízo resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

V. O pagamento da multa prevista nesta cláusula será pago em Instituição Financeiras credenciadas pela Prefeitura Municipal, após emissão do documento pertinente (DAM- Documento de Arrecadação Municipal), no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação, entregando cópia do pagamento na Tesouraria Municipal. O não pagamento da multa no prazo previsto ensejará a sua execução judicial.

VI. Os recursos das penalidades referidas nesta Cláusula caberão recurso, no prazo de 05(cinco) dias úteis da intimação do ato, a Prefeitura Municipal, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou nesse prazo, encaminhá-lo devidamente informando para decisão, dentro do mesmo prazo.



**15.2** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativas aceitas pela Administração, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar com o município;

**15.3** As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela CONTRATADA, nos seguintes casos:

**15.3.1** Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato, a critério da Contratante;

**15.3.2** Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do material, até o 30º (trigésimo) dia;

**15.3.3.** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do material, até o 60º (sexagésimo) dia, a partir do qual será considerada inexecução total da parcela, cumulada com multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do empenho e rescisão contratual;

**15.3.4** Impedimento de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para as hipóteses previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002.

**15.4** Para as hipóteses de descumprimento parcial do contrato, será aplicada multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato, sem prejuízo das demais hipóteses previstas na legislação:

- a) a entrega de materiais diversos do especificado neste Termo de Referência ou do oferecido pelo licitante em sua proposta;
- b) a apresentação dos materiais em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- c) a entrega parcial dos materiais solicitados.

**15.4.1A** critério da Administração, na hipótese de descumprimento parcial, caso seja conveniente, poderá o objeto ser aceito, sem prejuízo da multa compensatória correspondente e glosa na Nota de Empenho do valor correspondente à parcela não cumprida.

**15.5** Para as hipóteses de descumprimento total do contrato, será aplicada multa compensatória de até 15 % (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento total do contrato:

- a) a não entrega do material solicitado ou a não substituição de material rejeitado, após hipótese prevista no subitem 15.3.3;
- b) a recusa injustificada em assinar o termo contratual ou receber a nota de empenho;
- c) reincidência nas hipóteses previstas nas alíneas a e b do subitem 15.4;

**15.6** Quaisquer das Sanções Administrativas poderão, a juízo da Administração e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante;

**15.7** O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao fornecedor;

**15.8** Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

**15.9** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**15.10** Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das Sanções Administrativas, os princípios do devido processo legal e da ampla defesa, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do dia em que tomar conhecimento dos fatos;

**15.11** A aplicação das referidas Sanções Administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Administração Pública.

**15.12** Em caso de não regularização da documentação entregue anexa à nota fiscal, após o decurso do prazo concedido pela Contratante, o contrato será rescindido e será aplicada de multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do empenho.



#### **16. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

- 16.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;
- 16.3. A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato;
- 16.4. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato;
- 16.5. No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 17.2. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Pregão Eletrônico;
- 17.3. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;
- 17.4. O resultado desta licitação será comunicado aos licitantes, no mesmo dia de o julgamento, ou, caso contrário, publicado na Imprensa Oficial;
- 17.5. O objeto deste Edital poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), de conformidade com o Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93, sendo que as supressões poderão exceder este percentual, caso haja acordo entre as partes, conforme preconiza o § 2º, II, do referido Artigo;
- 17.6. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação do instrumento convocatório;
- 17.7. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Sessão Pública Virtual deste Pregão constarão em Ata divulgada no Sistema Eletrônico;
- 17.8. Os litígios decorrentes deste procedimento licitatório serão dirimidos no foro do Município de Lauro de Freitas /BA.

Lauro de Freitas, 03 de outubro de 2022.

Manoela Cristina Vieira do Nascimento  
**Pregoeira**



### **ANEXO I MINUTA DE CONTRATO**

**O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 13.927.819/0001-40, com sede na Praça João Thiago dos Santos, s/n, Centro, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada pela sua PrefeitaMunicipal– SrªMoemalsabelPassosGramacho, ea empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF, sob o Nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, neste ato representado na forma dos seus estatutos sociais, doravante denominada CONTRATADA, perante as testemunhas abaixo firmadas, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE FARDAMENTO PARA USO, EXCLUSIVAMENTE, DOS AGENTES PÚBLICOS QUE EXECUTAM OS SERVIÇOS ESSENCIAIS E CONTÍNUOS DE LIMPEZA URBANA (AGENTES DE LIMPEZA URBANA) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS – SESP, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHA NESTE EDITAL.**

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**2.1.** A fundamentação legal do presente Certame é a Lei 10.520/02, Decreto 10.024/2019 e, subsidiariamente, pela Lei Nº 8.666, de 21/06/1993.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

**3.1.** Integram e complementam este termo de Contrato, no que não o contraria, ato convocatório, a Proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes e constitutivos do procedimento licitatório, **Pregão Eletrônico Nº 018/2022**, constante no Processo Administrativo de **Nº00865/2022**.

#### **CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA E PERÍODO CONTRATUAL**

**4.1.** A licitante vencedora se compromete a efetuar a entrega do objeto, no **PRAZO** não superior a 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato, mediante Solicitação de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP.

**4.2.** O **LOCAL DE ENTREGA** será na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Av. Gerino de Souza Filho, QD.14 – LTS 2,3,16 E 17, Bairro: Cajá – Lauro de Freitas/BA, no horário comercial das 07h às 13h.

**4.3** Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no fornecimento do objeto, fica a CONTRATADA obrigada a substituir o objeto no prazo de 10(dez) dias, contados a partir da comunicação de recusa, sem ônus para a CONTRATANTE;

**4.4** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado no item anterior, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções.

**4.5.** Será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, obedecendo aos limites legais do art. 57 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

**4.5.1.** Havendo prorrogação no prazo do contrato, após 12 (doze) meses, poderá ser reajustado o contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da proposta, adotando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha substituí-lo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** É de responsabilidade da CONTRATADA a entrega dos materiais/ serviços no local designado no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

**5.1.** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo objeto do presente contrato, o valor GLOBAL, de R\$ ( ), conforme apresentado na Proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pela CONTRATANTE, sendo o valor no importe de R\$ ( ).

**PARAGRAFO PRIMEIRO:** Estão inclusos no valor previsto nesta Cláusula, todos os tributos, contribuições e encargos trabalhistas incidentes sobre o objeto deste Contrato, de acordo com a legislação em vigor, bem como todas as despesas e



custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As despesas decorrentes ao objeto da presente licitação estarão incluídas nos preços propostos, sendo de inteira responsabilidade da contratada.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** As despesas decorrentes da execução deste Contrato será no presente exercício com recursos orçamentários das contratantes assim classificados: **00- Tesouro.**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da certificação de que o material foi aceito e devidamente atestado, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura.

**7.2.** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/BA quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes. Serão efetuadas as retenções na Fonte dos impostos, conforme Legislação vigente. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**7.3.** Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da Contratada, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

#### **CLÁUSULA OITAVA – TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO**

**8.1.** A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder o presente Contrato, sob pena de rescisão do ajuste.

#### **CLÁUSULA NONA – DEVERES DO CONTRATADO**

**9.1** Cumprir fielmente com as condições e especificações contidas no contrato e no Edital da Licitação, de acordo com a legislação em vigor;

**9.2** Cumprir fielmente com as condições e especificações contidas neste Contrato, do Termo de Referência;

**9.3** Efetuar a entrega do objeto licitado em perfeitas condições, na data e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do pedido e da proposta;

**9.4** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), implicando na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo de 10(dez) dias, contados a partir da comunicação de recusa, o produto com avarias ou defeitos;

**9.5** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com devida comprovação;

**9.6** Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

**9.7** Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento convocatório, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

**9.8** Cumprir rigorosamente as normas de segurança do trabalho e os demais regulamentos inerentes à confecção dos produtos;

**9.9** Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes da entrega do material, tais como transportes;

**9.10** Providenciar o despacho, o transporte e a entrega dos materiais solicitados, às suas expensas, sem qualquer ônus para a Contratante, no endereço do solicitante, dentro dos prazos estipulados;



**9.11** Reparar, corrigir, remover, confeccionar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos que se verificarem com defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados, não sendo aceitos produtos obtidos por meio de reaproveitamento.

**9.12** Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no fornecimento do objeto, fica a Contratada obrigada a substituir o objeto no prazo de 10(dez) dias, contados a partir da comunicação de recusa, sem ônus para a Contratante;

**9.13** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado no item anterior, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções.

#### **CLÁUSULA DECIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1** Receber o objeto, disponibilizando local, data e horário;

**10.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos com as especificações constantes do pedido e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**10.3** Efetuar o pagamento no prazo previsto, conforme contrato;

**10.4** Devolver todo e qualquer bem que estiver em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência, solicitando expressamente a sua substituição;

**10.5** Solicitar a substituição dos bens que apresentarem defeitos de fabricação;

**10.6** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**10.7** Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DASPENALIDADES**

**11.1** Caso a CONTRATADA deixe de entregar ou apresente documentação falsa exigida para o certame, venha provocar o retardamento da execução de seu objeto, não mantenha a proposta, falhe ou fraude na execução do contrato, venha a comportar-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal, ficará sujeita às seguintes penalidades:

I. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total, previsto neste instrumento;

II. Multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total, previsto neste instrumento, acrescido da multa de 10% (dez por cento) de que trata a alínea anterior, se for o caso, durante o período de atraso injustificado objeto de licitação ou cumprimento de qualquer outra cláusula contratual;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelo juízo resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

V. O pagamento da multa prevista nesta cláusula será pago em Instituição Financeiras credenciadas pela Prefeitura Municipal, após emissão do documento pertinente (DAM- Documento de Arrecadação Municipal), no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação, entregando cópia do pagamento na Tesouraria Municipal. O não pagamento da multa no prazo previsto ensejará a sua execução judicial.

VI. Os recursos das penalidades referidas nesta Cláusula caberão recurso, no prazo de 05(cinco) dias úteis da intimação do ato, a Prefeitura Municipal, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou nesse prazo, encaminhá-lo devidamente informando para decisão, dentro do mesmo prazo.

**11.2** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativas aceitas pela Administração, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar com o município;

**11.3** As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela CONTRATADA, nos seguintes casos:



**11.3.1** Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato, a critério da Contratante;

**11.3.2** Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do material, até o 30º (trigésimo) dia;

**11.3.3.** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do material, até o 60º (sexagésimo) dia, a partir do qual será considerada inexecução total da parcela, cumulada com multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do empenho e rescisão contratual;

**11.3.4** Impedimento de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para as hipóteses previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002.

**11.4** Para as hipóteses de descumprimento parcial do contrato, será aplicada multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato, sem prejuízo das demais hipóteses previstas na legislação:

- a) a entrega de materiais diversos do especificado neste Termo de Referência ou do oferecido pelo licitante em sua proposta;
- b) a apresentação dos materiais em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- c) a entrega parcial dos materiais solicitados.

**11.4.1A** critério da Administração, na hipótese de descumprimento parcial, caso seja conveniente, poderá o objeto ser aceito, sem prejuízo da multa compensatória correspondente e glosa na Nota de Empenho do valor correspondente à parcela não cumprida.

**11.5** Para as hipóteses de descumprimento total do contrato, será aplicada multa compensatória de até 15 % (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento total do contrato:

- a) a não entrega do material solicitado ou a não substituição de material rejeitado, após hipótese prevista no subitem 11.3.3;
- b) a recusa injustificada em assinar o termo contratual ou receber a nota de empenho;
- c) reincidência nas hipóteses previstas nas alíneas a e b do subitem 11.4;

**11.6** Quaisquer das Sanções Administrativas poderão, a juízo da Administração e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante;

**11.7** O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao fornecedor;

**11.8** Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

**11.9** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**11.10** Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das Sanções Administrativas, os princípios do devido processo legal e da ampla defesa, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do dia em que tomar conhecimento dos fatos;

**11.11** A aplicação das referidas Sanções Administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Administração Pública.

**11.12** Em caso de não regularização da documentação entregue anexa à nota fiscal, após o decurso do prazo concedido pela Contratante, o contrato será rescindido e será aplicada de multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do empenho.

## **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DO REAJUSTE**

**12.1.** A critério da Contratante, em havendo prorrogação, os preços sofrerão reajuste anual, calculado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, contado a partir da data do início do contrato, ou conforme acordo entre as partes.



#### **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ADITAMENTO**

**13.1.** O presente Contrato poderá ser alterado ou prorrogado mediante a celebração de termo aditivo, desde que presente alguma das hipóteses previstas nos Arts. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

#### **CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO CONTRATUAL**

**14.1.** A inadimplência parcial ou total, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas no presente CONTRATO, assegurará à CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério da CONTRATANTE declarar rescindido o presente CONTRATO nos termos desta cláusula e/ou aplicar as multas previstas neste termo contratual e as demais penalidades previstas na Lei Nº 8.666/93.

**14.2.** O presente CONTRATO poderá, ainda, ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no Artigo 78 da Lei Nº 8.666/93.

**14.3.** No caso de rescisão por razões de interesse público, a CONTRATANTE enviará à CONTRATADA aviso prévio, com antecedência de 30 (trinta) dias.

**14.4.** A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos Incisos IX, X e XVII do Artigo 78 da Lei Nº 8.666/93.

**14.5.** Em qualquer caso de rescisão será observado o parágrafo único do Artigo 78 da Lei Nº 8.666/93.

**14.6.** A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei Nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O Contrato será rescindido de pleno direito independentemente de interposição judicial ou extrajudicial para apuração de responsabilidade civil, administrativa e criminal quando a contratada:

- a) Recusar-se a prestar os serviços de acordo com as especificações estabelecidas no Contrato.
- b) Falir ou dissolver-se.
- c) Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste Contrato.

#### **CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – FISCALIZAÇÃO**

**15.1.** A CONTRATANTE fiscalizará como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse o exato e fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente CONTRATO.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

**16.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Lauro de Freitas/ Bahia, para dirimir quaisquer dúvidas deste Contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente Contrato em 04 (quatro) vias, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas.

MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS

EMPRESA

SECRETARIA MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

NOME:

NOME:

CPF:

CPF:





## **ANEXO II MODELO DEDECLARAÇÃO**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado da licitante)*

..... (nome da empresa), inscrita (o) no CNPJ sob o Nº ....., com sede  
..... (endereço completo), interessada(o) em participar do Edital de **Pregão Eletrônico – Nº 018/2022**,  
instaurado pela Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, declara, sob as penas da Lei, que não existe fato impeditivo para a  
contratação desta referida empresa junto à Administração Pública e que a mesma se obriga a comunicar a superveniência  
do mesmo, caso ocorra.

---

**NOME E ASSINATURA DO DECLARANTE**



### **ANEXO III MODELO DEDECLARAÇÃO**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado da licitante)*

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), inscrito no CNPJ Nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade Nº \_\_\_\_\_ e do CPF Nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Lauro de Freitas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**(REPRESENTANTE LEGAL)**



**ANEXO IV**  
**CARTA DE CONVOCAÇÃO**

Á

**EMPRESA VENCEDORA**

Pelo presente, convidamos o representante legal dessa empresa para, após o recebimento desta convocação, comparecer a Procuradoria Geral do Município, para assinatura do Contrato referente ao **Pregão Eletrônico –Nº 018/2022.**

Atenciosamente,



**ANEXO V PLANILHA DISCRIMINATIVA**

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado da licitante)

PLANILHA ÚNICA					
Item	Detalhamento	QUANT.	UNID MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONJUNTO TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, GRAMATURA 260GR/M2: CAMISA MANGA CURTA COM BAINHA, GOLA V, COM FAIXA REFLEXIVA DE 2,5CM NAS COSTAS, BRAÇOS E TÓRAX, FRENTE FECHADA COM FAIXA DE 10CM, COSTA SEM PALA, PINTURA ABREVIATURA (28,88X4,9) NA FAIXA BRANCA, NOME DO SETOR NAS 2 MANGAS E LOGOMARCA NAS COSTAS, FECHAMENTO 3 AGULHAS, BAINHA QUADRADA. CALÇA COM ELÁSTICO 40MM, COM 1 CASEADO INTERNO E CORDÃO, FRENTE 2 BOLSOS RETOS, TRAVETES NOS CANTOS, TRAZEIRO COM 2 BOLSOS CHAPADOS TRAVETADOS, BRAGUILHA FALSA, BAINHA INTERLOKADA, FECHAMENTO 3 AGULHAS COM FAIXA REFLETIVA DE 2,5CM NAS PERNAS E REFORÇO NA ALTURA DOS JOELHOS. CONJUNTO CALÇA+CAMISA PARA AGENTE DE VARRIÇÃO, SERVIÇO CONGÊNERES, PARQUES E JARDINS, CEMITÉRIO, MERCADO OPERADOR MAQUINA PESADA.	900	CONJUNTO	R\$ 117,09	105.381,00
2	CONJUNTO TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, GRAMATURA 260GR/M2: CAMISA MANGA LONGA COM BAINHA, GOLA V, COM FAIXA REFLEXIVA DE 2,5CM NAS COSTAS, BRAÇOS E TÓRAX, FRENTE FECHADA COM FAIXA DE 10CM, COSTA SEM PALA, PINTURA ABREVIATURA (28,88X4,9) NA FAIXA BRANCA, NOME DO SETOR NAS 2 MANGAS E LOGOMARCA NAS COSTAS, FECHAMENTO 3 AGULHAS, BAINHA QUADRADA. CALÇA COM ELÁSTICO 40MM, COM 1 CASEADO INTERNO E CORDÃO, FRENTE 2 BOLSOS RETOS, TRAVETES NOS CANTOS, TRAZEIRO COM 2 BOLSOS CHAPADOS TRAVETADOS, BRAGUILHA FALSA, BAINHA INTERLOKADA, FECHAMENTO 3 AGULHAS COM FAIXA REFLETIVA DE 2,5CM NAS PERNAS E REFORÇO NA ALTURA DOS JOELHOS. CONJUNTO CALÇA+CAMISA PARA AGENTE DE PARQUES E JARDINS, OPERADOR ROÇADEIRA, RIOS E CÓRREGOS.	300	CONJUNTO	R\$ 132,59	39.777,00
3	BONÉ EM BRIM, 100% ALGODÃO COM REGULAGEM DE TAMANHO EM PVC E LOGOMARCA NA FRENTE	600	UNIDADE	R\$ 25,27	15.162,00
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$ 160.320,00</b>	

A licitante **DECLARA**, que acatará o pagamento da Administração conforme Edital, ao tempo que indica os dados bancários da licitante:

<b>BANCO</b> .....	<b>AGÊNCIA</b> .....	<b>Nº DA CONTA</b> .....
-----------------------	-------------------------	-----------------------------

(local, data)

\_\_\_\_\_  
Representante Legal (Assinatura e identificação do responsável pela empresa)  
Carimbo da Empresa

## **ANEXO VI TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1.OBJETO**

**1.10** presente termo de referência tem como objeto a contratação de empresa especializada em CONFEÇÃO DE FARDAMENTO PARA USO, EXCLUSIVAMENTE, DOS AGENTES PÚBLICOS QUE EXECUTAM OS SERVIÇOS ESSENCIAIS E CONTÍNUOS DE LIMPEZA URBANA (AGENTES DE LIMPEZA URBANA) da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP, do município de Lauro de Freitas - Bahia, conforme descrição contida neste documento.

### **2. DO OBJETIVO**

**2.1** O objetivo deste Termo é definir o objeto da licitação e do sucessivo Contrato, bem como estabelecer os requisitos, condições e diretrizes administrativas para contratação de empresa especializada em confecção de fardamento para uso dos agentes públicos que executam os serviços essenciais e contínuos de limpeza urbana desta Secretaria, primando pelos princípios administrativos em especial o planejamento, a eficácia, a motivação, a razoabilidade, a proporcionalidade e a celeridade.

### **3. DA JUSTIFICATIVA**

**3.1** A realização de processo de licitação para futura aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público na contratação de empresa especializada em confecção de fardamento para uso dos agentes públicos que executam os serviços essenciais e contínuos de limpeza urbana, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP.

**3.2** Os referidos itens são requisitos de segurança do trabalho para os agentes de limpeza urbana que laboram nas atividades externas, serviço essencial e contínuo, cuja suspensão ou inexecução por ausência de fardamentos imprescindíveis para execução, ensejaria potenciais prejuízos ou transtornos à população.

**3.3** O referido material é utilizado nessas atividades de limpeza urbana, sem o qual esse serviço de natureza essencial não poderá ser executado na sua totalidade e de forma satisfatória.

**3.4** A essencialidade dos serviços de limpeza pública para população de Lauro de Freitas/BA prescinde de maiores justificativas, sendo de vital necessidade que a cidade possua a devida prestação do serviço.

**3.5** Cabe contextualizar, que esta Secretaria de Serviços Públicos usufruiu da Ata de Registro de Preços nº 007/2020, decorrente do Pregão Presencial nº 001/2020, tendo como objeto a referida contratação de empresa especializada para confecção de fardamento de uso dos servidores das secretarias de educação (fardamento escolar, equipamentos e merendeira), SECAD, SESP, SETTOP, SEDUR, SEINFRA e fardamento para usuários e trabalhadores da DPSSE, DPSB/CRAS/BPC/SCFV/ACESSUAS, CREAS e Cadastro Único para serem usados nos programas sociais e nas campanhas do Departamento de Proteção Social e Básica e serviços correlatos, conforme publicação no Diário Oficial e processo licitatório promovido pela SECAD (Processo Administrativo nº 15.607/2019). A última Solicitação de Fornecimento de fardamentos para a SESP, atendida, foi na data de 01/09/2020.

**3.6** Cabe ressaltar, que a SESP possui em seu quadro de servidores, 375 (trezentos e setenta e cinco) pessoas exclusivas como agentes de limpeza urbana, os quais, necessitam, de forma imprescindível, laborar uniformizados, notadamente no que diz respeito ao aspecto da segurança e identificação.

**3.7** Compreende-se nos serviços de limpeza urbana, as funções de 1) AGENTES - VARRIÇÃO; 2) AGENTES - SERVIÇOS CONGÊNERES; 3) AGENTES - PARQUES E JARDINS; 4) AGENTES - PARQUES E JARDINS/OPERADOR ROÇADEIRA; 5) AGENTES – CEMITÉRIO e MERCADO; 6) AGENTES – RIOS E CÓRREGOS e 7) OPERADOR MÁQUINA PESADA/ROÇADEIRAS.



**3.8** Diferente dos fardamentos de uso comum dos demais agentes públicos, que visam a identificação, a organização funcional e padronização, no caso dos agentes de limpeza urbana, o fardamento adequado se configura como item de segurança, proteção e identificação, haja vista o profundo desgaste que esses itens sofrem pelos agentes externos e internos da atividade, senão vejamos:

**3.8.1** No que tange aos aspectos externos, destaca-se o sol, calor, chuvas e ventos, ou seja, mudanças de temperatura que são inerentes aos serviços de limpeza urbana, eis que são realizados em ambientes externos, o que por si só já configura a singularidade do fardamento dos agentes de limpeza urbana.

**3.8.2** Além disso, esses servidores (VARRIÇÃO; SERVIÇOS CONGÊNERES; PARQUES E JARDINS; PARQUES E JARDINS/OPERADOR ROÇADEIRA; CEMITÉRIO e MERCADO; RIOS E CÓRREGOS e OPERADOR MÁQUINA PESADA/ROÇADEIRAS), realizam diversas tarefas durante o dia, estando sujeitos a desgastes físicos, a contato com materiais e detritos nocivos à saúde. Segundo o artigo CUIDADOS BÁSICOS DA SAÚDE DO PROFISSIONAL GARI: ÓTICA DA ENFERMAGEM, apresentado no 57º Congresso Brasileiro de Enfermagem, indica que a cada dia os agentes de limpeza urbana são expostos a fatores que colocam em risco suas vidas, a citar: riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos.

**3.9** Vale dizer que, naturalmente, ante as peculiaridades da atividade de limpeza urbana, esses itens de fardamentos estão sujeitos também a um desgaste maior e necessidade de reutilização, ante aos fatores climáticos supracitados, ou mesmo pela forma como se dá o acondicionamento do lixo pelos municípios, algo que resulta em materiais perfuro cortantes, materiais contaminados, vidro, metal, resíduo de medicamentos, sem tratamento apropriado, reforçando ainda mais a periculosidade no exercício da atividade. Sem dúvidas, o uniforme/fardamento torna-se peça indispensável para melhor desempenho e proteção do agente de limpeza urbana durante a realização do seu trabalho.

**3.10** O procedimento licitatório em questão se faz necessário e imprescindível, haja vista a deterioração dos atuais fardamentos, bem como, pela singularidade já demonstrada desses fardamentos para os agentes de limpeza urbana, no que tange segurança do trabalho.

**3.11** Ocorre que, conforme explicitado anteriormente, a deterioração do fardamento dos agentes de limpeza urbana tem chegado a níveis extremos, tendo diversas peças se desgastado ou rasgado, impossibilitando qualquer reparo ou reutilização, vide fotos em anexo. Ao mesmo tempo, o estoque atual da Secretaria, não supre a necessidade dos agentes.

**3.12** Ora, reprise-se que os itens em questão são utilizados exclusivamente pelos agentes externos de limpeza urbana, que executam serviços de natureza essencial e contínua, e não podem sofrer interrupções. Os itens de fardamento são elementos de proteção, segurança e a sua deterioração acarreta riscos inenarráveis a integridade física dos agentes públicos. Pela defasagem encontrada nos fardamentos, os agentes caminham para a situação de não terem condições de realizar os serviços públicos.

**3.13** Nesse diapasão, com vistas ao Planejamento Licitatório 2022, sabe-se que a licitação de fardamentos para agentes de limpeza urbana, é fundamental para evitar o risco de ter os serviços interrompidos por ausência dos itens relacionados.

**3.14** Reitera-se a impossibilidade de postergação ou paralisação dos referidos serviços de limpeza urbana em razão de falta de fardamento, sem que ocorram prejuízos à Administração Pública.

**3.15** Por tais razões, considerando a essencialidade dos itens ante a segurança dos agentes de limpeza urbana, se mostra relevante e essencial, a contratação cuja modalidade de licitação será definida pelo setor idôneo.

#### **4. DA ESPECIFICAÇÃO**

**4.1** O objeto do presente certame atenderá a seguinte especificação e os layouts de imagem de fardamento seguem em anexo:



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE
1	CONJUNTO TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, GRAMATURA 260GR/M2: CAMISA MANGA CURTA COM BAINHA, GOLA V, COM FAIXA REFLEXIVA DE 2,5CM NAS COSTAS, BRAÇOS E TÓRAX, FRENTE FECHADA COM FAIXA DE 10CM, COSTA SEM PALA, PINTURA ABREVIATURA (28,88X4,9) NA FAIXA BRANCA, NOME DO SETOR NAS 2 MANGAS E LOGOMARCA NAS COSTAS, FECHAMENTO 3 AGULHAS, BAINHA QUADRADA. CALÇA COM ELÁSTICO 40MM, COM 1 CASEADO INTERNO E CORDÃO, FRENTE 2 BOLSOS RETOS, TRAVETES NOS CANTOS, TRAZEIRO COM 2 BOLSOS CHAPADOS TRAVETADOS, BRAGUILHA FALSA, BAINHA INTERLOKADA, FECHAMENTO 3 AGULHAS COM FAIXA REFLETIVA DE 2,5CM NAS PERNAS E REFORÇO NA ALTURA DOS JOELHOS. CONJUNTO CALÇA+CAMISA PARA AGENTE DE VARRIÇÃO, SERVIÇO CONGÊNERES, PARQUES E JARDINS, CEMITÉRIO, MERCADO, E OPERADOR MÁQUINA PESADA.	CONJ	900
2	CONJUNTO TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, GRAMATURA 260GR/M2: CAMISA MANGA LONGA COM BAINHA, GOLA V, COM FAIXA REFLEXIVA DE 2,5CM NAS COSTAS, BRAÇOS E TÓRAX, FRENTE FECHADA COM FAIXA DE 10CM, COSTA SEM PALA, PINTURA ABREVIATURA (28,88X4,9) NA FAIXA BRANCA, NOME DO SETOR NAS 2 MANGAS E LOGOMARCA NAS COSTAS, FECHAMENTO 3 AGULHAS, BAINHA QUADRADA. CALÇA COM ELÁSTICO 40MM, COM 1 CASEADO INTERNO E CORDÃO, FRENTE 2 BOLSOS RETOS, TRAVETES NOS CANTOS, TRAZEIRO COM 2 BOLSOS CHAPADOS TRAVETADOS, BRAGUILHA FALSA, BAINHA INTERLOKADA, FECHAMENTO 3 AGULHAS COM FAIXA REFLETIVA DE 2,5CM NAS PERNAS E REFORÇO NA ALTURA DOS JOELHOS. CONJUNTO CALÇA+CAMISA PARA AGENTE DE PARQUES E JARDINS, OPERADOR ROÇADEIRA, RIOS E CÓRREGOS.	CONJ	300
3	BONÉ EM BRIM, 100% ALGODÃO COM REGULAGEM DE TAMANHO EM PVC E LOGOMARCA NA FRENTE	UNID	600

**4.2** Por tratar-se de fardamentos destinados, exclusivamente, aos serviços de limpeza urbana nas áreas (VARRIÇÃO; SERVIÇOS CONGÊNERES; PARQUES E JARDINS; PARQUES E JARDINS/OPERADOR ROÇADEIRA; CEMITÉRIO e MERCADO; RIOS E CÓRREGOS e OPERADOR MÁQUINA PESADA/ROÇADEIRAS), é necessário que a modalidade de licitação seja aplicada com a amostragem do produto para verificação do atendimento do requisito de qualidade dos itens frente a especificação.

A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, APÓS ENCERRAMENTO DO CERTAME CÓPIA AUTENTICADA OU EM SEU ORIGINAL DOS LAUDOS EMITIDOS POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO/IPT QUE COMPROVE MARCA DO PRODUTO, SUA COLORAÇÃO, MODELO, LARGURA OBTIDA (CM), COMPRIMENTO OBTIDO (CM), GRAMATURA OBTIDA (G); ENSAIO DE TRAÇÃO ATÉ A RUPTURA DO PRODUTO QUE COMPROVE FORÇA MÍNIMA DE 75KGF

O LICITANTE VENCEDOR DEVERÁ APRESENTAR EM 10 (DEZ) DIAS, APÓS O ENCERRAMENTO DA SESSÃO, CÓPIA AUTENTICADA OU ORIGINAL DO ENSAIO REALIZADO PELOS LABORATÓRIOS ACREDITADO PELO INMETRO EMITIDO NOS ÚLTIMOS 18 MESES COMPROVANDO OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR 9191 DE 2008, CÓPIA DO CERTIFICADO DE REGISTRO DO FABRICANTE NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 6/2013 E CÓPIA AUTENTICADA CERTIFICADO EMITIDO PELA ABNT OU SIMILAR DENTRO DE SUA VALIDADE

## **5. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS**

**5.1** A apresentação das amostras será feita em 05 (cinco) dias úteis, após a data da Sessão de Pregão Eletrônico, pela licitante classificada em primeiro lugar, no **Almoxarifado da SESP: Av. Gerino de Souza Filho, QD.14 – LTS 2,3,16 E 17, Caji – Lauro de Freitas/BA**; Horário de funcionamento: de segunda-feira a sexta-feira, das 07h às 13h.

**5.2** As amostras serão avaliadas por um representante indicado pela SESP, a fim de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações técnicas constantes nesse Termo de Referência. Os critérios de avaliação das



amostras serão: - QUALIDADE: Qualidade do produto apresentado. - ESPECIFICAÇÃO: O produto licitado atende à todas as exigências do presente termo.

**5.3** Se a amostra for rejeitada, ou não for entregue no prazo estabelecido, o licitante será desclassificado do processo licitatório. A decisão que aceitar ou rejeitar a amostra será formalizada por despacho fundamentado.

**5.4** As AMOSTRAS deverão estar dentro do prazo de validade e devidamente identificadas, preferencialmente com etiqueta(s) autocolante(s), constando o nome da empresa e o número do item a que se refere(m).

**5.6** Os produtos apresentados como AMOSTRAS poderão ser abertos, manuseados, desmontados, receber cortes, secções, vincos ou movimentos nas peças, se necessário, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da AVALIAÇÃO TÉCNICA.

**5.7** Dependendo do caso e visando a necessidade de simplificar o procedimento, poderá ser admitida apresentação de AMOSTRAS contendo pelo menos uma quantidade de cada unidade constitutiva do item ou lote.

## **6. DOS PRAZOS E DA ENTREGA**

**6.1** A licitante vencedora se compromete a efetuar a entrega do objeto, no **PRAZO** não superior a 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato, mediante Solicitação de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP.

**6.20 LOCAL DE ENTREGA** será na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Av. Gerino de Souza Filho, QD.14 – LTS 2,3,16 E 17, Bairro: Cajá – Lauro de Freitas/BA, no horário comercial das 07h às 13h.

**6.3** Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no fornecimento do objeto, fica a CONTRATADA obrigada a substituir o objeto no prazo de 10(dez) dias, contados a partir da comunicação de recusa, sem ônus para a CONTRATANTE;

**6.4** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado no item anterior, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções.

**6.5** Prazo Contratual: 12 (doze) meses.

**6.6** Forma de pagamento: 30 (trinta) dias após a emissão de Nota Fiscal.

## **7. PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1** Será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, obedecendo aos limites legais do art. 57 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

**7.2** Havendo prorrogação no prazo do contrato, após 12 (doze) meses, poderá ser reajustado o contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da proposta, adotando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha substituí-lo.

## **8. DO VALOR ESTIMADO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONJUNTO TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, GRAMATURA 260GR/M2: CAMI MANGA CURTA COM BAINHA, GOLA V, COM FAIXA REFLEXIVA DE 2,5CM NAS COSTAS, BRAÇOS E TÓRAX, FRENTE FECHADA COM FAIXA DE 10CM COSTA SEM PALA, PINTURA ABREVIATURA (28,88X4,9) NA FAIXA BRANCA NOME DO SETOR NAS 2 MANGAS E LOGOMARCA NAS COSTAS, FECHAMENTO 3 AGULHAS, BAINHA QUADRADA. CALÇA COM ELÁSTICO 40MM, COM 1 CASEADO INTERNO E CORDÃO, FRENTE 2 BOLSOS RETOS TRAVETES NOS CANTOS, TRAZEIRO COM 2 BOLSOS CHAPADOS TRAVETADOS, BRAGUILHA FALSA, BAINHA INTERLOKADA, FECHAMENTO 3 AGULHAS COM FAIXA REFLETIVA DE 2,5CM NAS PERNAS E REFORÇO NA ALTURA DOS JOELHOS. CONJUNTO CALÇA+CAMISA PARA AGENTE DE VARRIÇÃO, SERVIÇO CONGÊNERES, PARQUES E JARDINS, CEMITÉRIO, MERCADO E OPERADOR MAQUINA PESADA.	CONJ	900	R\$ 117,09	R\$ 105.381,00





2	CONJUNTO TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, GRAMATURA 260GR/M2: CAMI MANGA LONGA COM BAINHA, GOLA V, COM FAIXA REFLEXIVA DE 2,5CM NAS COSTAS, BRAÇOS E TÓRAX, FRENTE FECHADA COM FAIXA DE 10CM COSTA SEM PALA, PINTURA ABREVIATURA (28,88X4,9) NA FAIXA BRANCA NOME DO SETOR NAS 2 MANGAS E LOGOMARCA NAS COSTAS, FECHAMENTO 3 AGULHAS, BAINHA QUADRADA. CALÇA COM ELÁSTICO 40MM, COM 1 CASEADO INTERNO E CORDÃO, FRENTE 2 BOLSOS RETOS, TRAVETES NOS CANTOS, TRAZEIRO COM 2 BOLSOS CHAPADOS TRAVETADOS, BRAGUILHA FALSA, BAINHA INTERLOKADA, FECHAMENTO 3 AGULHAS COM FAIXA REFLETIVA DE 2,5CM NAS PERNAS E REFORÇO NA ALTURA DOS JOELHOS. CONJUNTO CALÇA+CAMISA PARA AGENTE DE PARQUES E JARDINS, OPERADOR ROÇADEIRA, RIOS E CÓRREGOS.	CONJ	300	R\$ 132,59	R\$ 39.777,00
3	BONÉ EM BRIM, 100% ALGODÃO COM REGULAGEM DE TAMANHO EM PV LOGOMARCA NA FRENTE	UNID	600	R\$ 25,27	R\$ 15.162,00

8.1 O valor médio estimado é de R\$ 160.320,00 (cento e sessenta mil, trezentos e vinte reais), conforme pesquisa de preços realizada.

## 9. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E FISCAL

**9.1** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores nos respectivos cargos;

**9.2** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ);

**9.3** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**9.4** Regularidade Fiscal e Trabalhista: será comprovada mediante a apresentação dos seguintes Documentos:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF, atualizado;
- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e da Receita Federal Consolidada);
- Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos Tributários) ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- Prova de Regularidade Relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Prova de Regularidade para com a Justiça do Trabalho mediante apresentação Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, da Justiça do Trabalho, obrigatória a partir de 04 de janeiro de 2012;

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**10.1** Cumprir fielmente com as condições e especificações contidas no contrato e no Edital da Licitação, de acordo com a legislação em vigor;

**10.2** Cumprir fielmente com as condições e especificações contidas neste Contrato, do Termo de Referência;

**10.3** Efetuar a entrega do objeto licitado em perfeitas condições, na data e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do pedido e da proposta;



**10.4** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), implicando na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo de 10(dez) dias, contados a partir da comunicação de recusa, o produto com avarias ou defeitos;

**10.5** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com devida comprovação;

**10.6** Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

**10.7** Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento convocatório, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

**10.8** Cumprir rigorosamente as normas de segurança do trabalho e os demais regulamentos inerentes à confecção dos produtos;

**10.9** Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes da entrega do material, tais como transportes;

**10.10** Providenciar o despacho, o transporte e a entrega dos materiais solicitados, às suas expensas, sem qualquer ônus para a Contratante, no endereço do solicitante, dentro dos prazos estipulados;

**10.11** Reparar, corrigir, remover, confeccionar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos que se verificarem com defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados, não sendo aceitos produtos obtidos por meio de reaproveitamento.

**10.12** Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no fornecimento do objeto, fica a Contratada obrigada a substituir o objeto no prazo de 10(dez) dias, contados a partir da comunicação de recusa, sem ônus para a Contratante;

**10.13** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado no item anterior, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções;

## **11. DEVERES DA CONTRATANTE**

**11.1** Receber o objeto, disponibilizando local, data e horário;

**11.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos com as especificações constantes do pedido e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**11.3** Efetuar o pagamento no prazo previsto, conforme contrato;

**11.4** Devolver todo e qualquer bem que estiver em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência, solicitando expressamente a sua substituição;

**11.5** Solicitar a substituição dos bens que apresentarem defeitos de fabricação;

**11.6** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**11.7** Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo.

## **12. DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

**12.1** A Secretaria de Serviços Públicos fiscalizará a prestação do serviço, designando os servidores abaixo relacionados para serem os responsáveis pela fiscalização do contrato:

**12.1.1** Servidor Responsável pela fiscalização do contrato: **Felipe do Nascimento Musse**



Cargo/Função: Assessoramento Direto

Matrícula: 092132

Fone para contato: (71) 3288-8828 / (71) 99611-1006

### **13. DAS PENALIDADES**

**13.1** Caso a CONTRATADA deixe de entregar ou apresente documentação falsa exigida para o certame, venha provocar o retardamento da execução de seu objeto, não mantenha a proposta, falhe ou fraude na execução do contrato, venha a comportar-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal, ficará sujeita às seguintes penalidades:

I. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total, previsto neste instrumento;

II. Multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total, previsto neste instrumento, acrescido da multa de 10% (dez por cento) de que trata a alínea anterior, se for o caso, durante o período de atraso injustificado objeto de licitação ou cumprimento de qualquer outra cláusula contratual;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelo juízo resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

V. O pagamento da multa prevista nesta cláusula será pago em Instituição Financeiras credenciadas pela Prefeitura Municipal, após emissão do documento pertinente (DAM- Documento de Arrecadação Municipal), no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação, entregando cópia do pagamento na Tesouraria Municipal. O não pagamento da multa no prazo previsto ensejará a sua execução judicial.

VI. Os recursos das penalidades referidas nesta Cláusula caberão recurso, no prazo de 05(cinco) dias úteis da intimação do ato, a Prefeitura Municipal, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou nesse prazo, encaminhá-lo devidamente informando para decisão, dentro do mesmo prazo.

**13.2** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativas aceitas pela Administração, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar com o município;

**13.3** As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela CONTRATADA, nos seguintes casos:

**13.3.1** Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato, a critério da Contratante;

**13.3.2** Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do material, até o 30º (trigésimo) dia;

**13.3.3.** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do material, até o 60º (sexagésimo) dia, a partir do qual será considerada inexecução total da parcela, cumulada com multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do empenho e rescisão contratual;

**13.3.4** Impedimento de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para as hipóteses previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002.

**13.4** Para as hipóteses de descumprimento parcial do contrato, será aplicada multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato, sem prejuízo das demais hipóteses previstas na legislação:



- a) a entrega de materiais diversos do especificado neste Termo de Referência ou do oferecido pelo licitante em sua proposta;
- b) a apresentação dos materiais em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- c) a entrega parcial dos materiais solicitados.

**13.4.1A** critério da Administração, na hipótese de descumprimento parcial, caso seja conveniente, poderá o objeto ser aceito, sem prejuízo da multa compensatória correspondente e glosa na Nota de Empenho do valor correspondente à parcela não cumprida.

**13.5** Para as hipóteses de descumprimento total do contrato, será aplicada multa compensatória de até 15 % (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento total do contrato:

- a) a não entrega do material solicitado ou a não substituição de material rejeitado, após hipótese prevista no subitem 11.3.3;
- b) a recusa injustificada em assinar o termo contratual ou receber a nota de empenho;
- c) reincidência nas hipóteses previstas nas alíneas a e b do subitem 11.4;

**13.6**Quaisquer das Sanções Administrativas poderão, a juízo da Administração e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante;

**13.7** O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao fornecedor;

**13.8** Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

**13.9**Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**13.10**Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das Sanções Administrativas, os princípios do devido processo legal e da ampla defesa, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do dia em que tomar conhecimento dos fatos;

**13.11** A aplicação das referidas Sanções Administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Administração Pública.

**13.12** Em caso de não regularização da documentação entregue anexa à nota fiscal, após o decurso do prazo concedido pela Contratante, o contrato será rescindido e será aplicada de multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do empenho.

#### **14. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**14.1**Os materiais serão considerados aceitos somente após conferidos pelo servidor responsável pela fiscalização, atendidas as especificações e condições exigidas neste Termo de Referência;

**14.2** Independente da descrição da proposta do fornecedor, a especificação técnica deverá ser comprovada através de documento de fabricante como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica;

**14.3**Itens em desacordo com as especificações exigidas, não serão aceitos, ficando ao encargo da contratada a substituição;

**14.4** Materiais com defeito, avariados ou não compatíveis com as especificações deste Termo de Referência não serão aceitos.

#### **15. DAS DESPESAS DE ENTREGA**

**15.1.** Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, ocorrerem serão de responsabilidade da empresa vencedora.



## **16. DO PAGAMENTO**

**16.1** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da certificação de que o material foi aceito e devidamente atestado, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura.

**16.2** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/BA quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes. Serão efetuadas as retenções na Fonte dos impostos, conforme Legislação vigente. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**16.3** Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da Contratada, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

## **17. FONTE DE RECURSO**

00 -Tesouro.

## **18. FORMA DE EXECUÇÃO**

De acordo com solicitação de fornecimento da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

**ANEXO I – LAYOUTS DOS ITENS DE FARDAMENTO**

**1) AGENTES- VARRIÇÃO**

Arquivo

**SESP - LAYOUT 01**



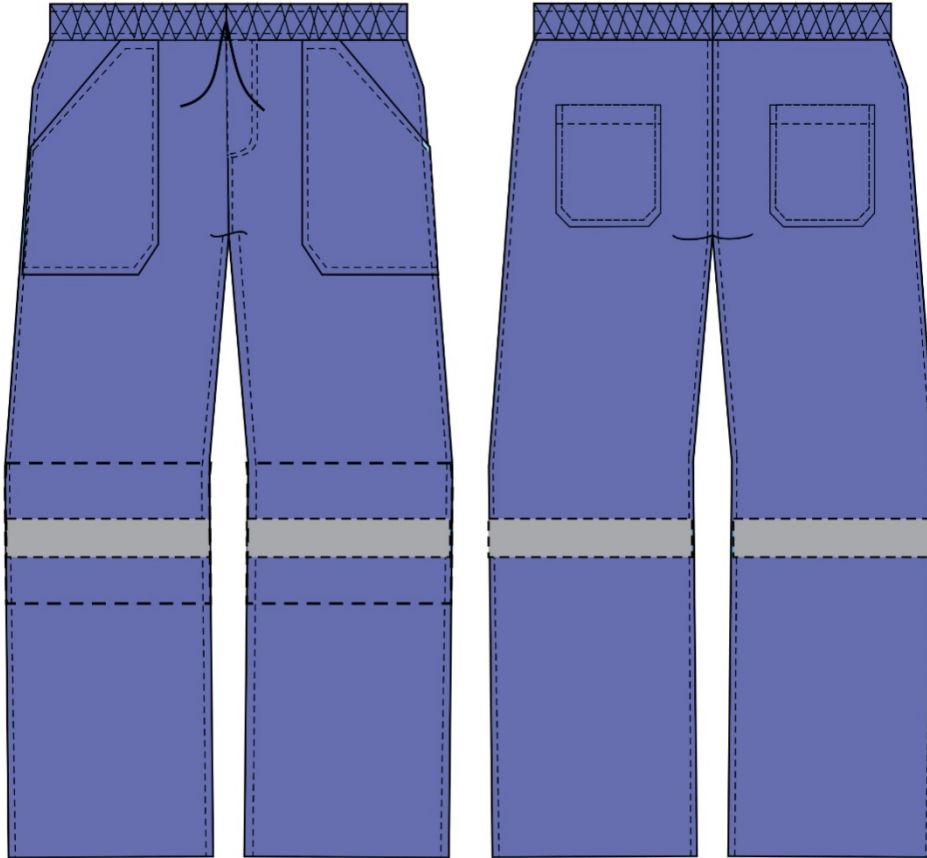
**VARRIÇÃO**

**CAMPO DE OBSERVAÇÕES**

COR: AZUL CELESTE  
TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO  
GRAMATURA: 260GR/M2  
GOLA: V NA COR BRANCA  
FRENTE: FECHADA, COM FAIXA NA COR BRANCA DE 10 CM  
COSTA: SEM PALA  
MANGAS: CURTAS COM BAINHA BRANCA E FAIXA REFLETIVA PRATA DE 2,5CM  
PINTURA: ABREVIATURA(28,88X4,9) NA FAIXA BRANCA, NOME NAS 2 MANGAS  
E LOGO NAS COSTAS  
FECHAMENTO: 3 AGULHAS  
BAINHA: QUADRADA  
FAIXA REFLETIVA PRATA DE 2,5CM NA PARTE FRONTAL DO TÓRAX E COSTAS

Arquivo

SESP - LAYOUT 02



**VARRIÃO**

**CAMPO DE OBSERVAÇÕES**

COR: AZUL CELESTE  
TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO  
GRAMATURA: 260GR/M2  
CINTURA: ELÁSTICO 40MM, COM 1 CASEADO INTERNO E CORDÃO  
FRENTE: 02 BOLSOS RETOS, TRAVETES NOS CANTOS  
TRAZEIRO: COM 2 BOLSOS CHAPADOS TRAVETADOS  
BRAGUILHA: FALSA  
PERNA: FAIXAS REFLETIVA PRATA DE 2,5CM E REFORÇO INTERNO NOS JOELHAS  
BAINHA: INTERLOKADA  
FECHAMENTO: 03 AGULHAS

2) AGENTES – SERVIÇOS CONGÊNERES

Arquivo

SESP - LAYOUT 05



**AGENTE DE SERVIÇOS CONGÊNERES**

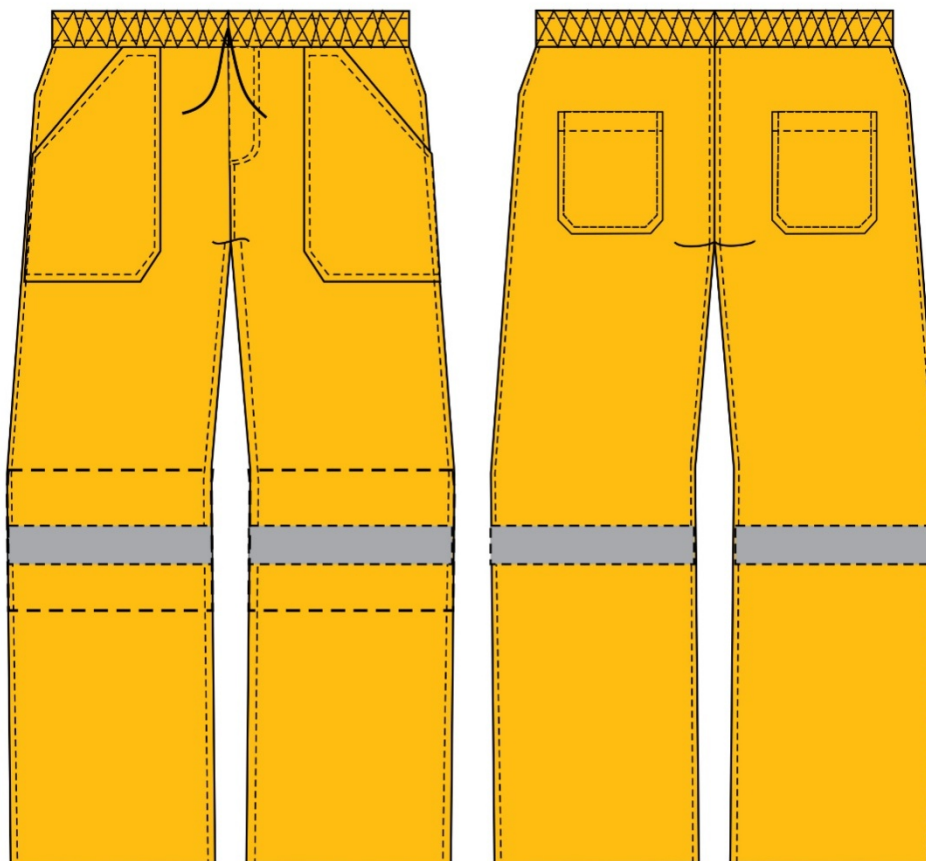
**CAMPO DE OBSERVAÇÕES**

COR: AMARELO OURO  
TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO  
GRAMATURA: 260GR/M2  
GOLA: V NA COR AZUL  
FRENTE: FECHADA, COM FAIXA NA COR BRANCA DE 10 CM  
COSTA: SEM PALA  
MANGAS: CURTAS COM BAINHA AZUL E FAIXA REFLETIVA PRATA DE 2,5CM  
PINTURA: ABREVIATURA(28,88X4,9) NA FAIXA BRANCA, NOME NAS 2 MANGAS  
E LOGO NAS COSTAS  
FECHAMENTO: 3 AGULHAS  
BAINHA: QUADRADA  
FAIXA REFLETIVA PRATA DE 2,5CM NA PARTE FRONTAL DO TÓRAX E COSTAS



Arquivo

SESP - LAYOUT 07



**AGENTE DE SERVIÇOS CONGÊNERES**

**CAMPO DE OBSERVAÇÕES**

COR: AMARELO OURO  
TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO  
GRAMATURA: 260GR/M2  
CINTURA: ELÁSTICO 40MM, COM 1 CASEADO INTERNO E CORDÃO  
FRENTE: 02 BOLSOS RETOS, TRAVETES NOS CANTOS  
TRAZEIRO: COM 2 BOLSOS CHAPADOS TRAVETADOS  
BRAGUILHA: FALSA  
PERNA: FAIXAS REFLETIVA PRATA DE 2,5CM E REFORÇO INTERNO NOS JOELHAS  
BAINHA: INTERLOKADA  
FECHAMENTO: 03 AGULHAS

**3) AGENTES – PARQUES E JARDINS**

Arquivo

**SESP - LAYOUT 10**



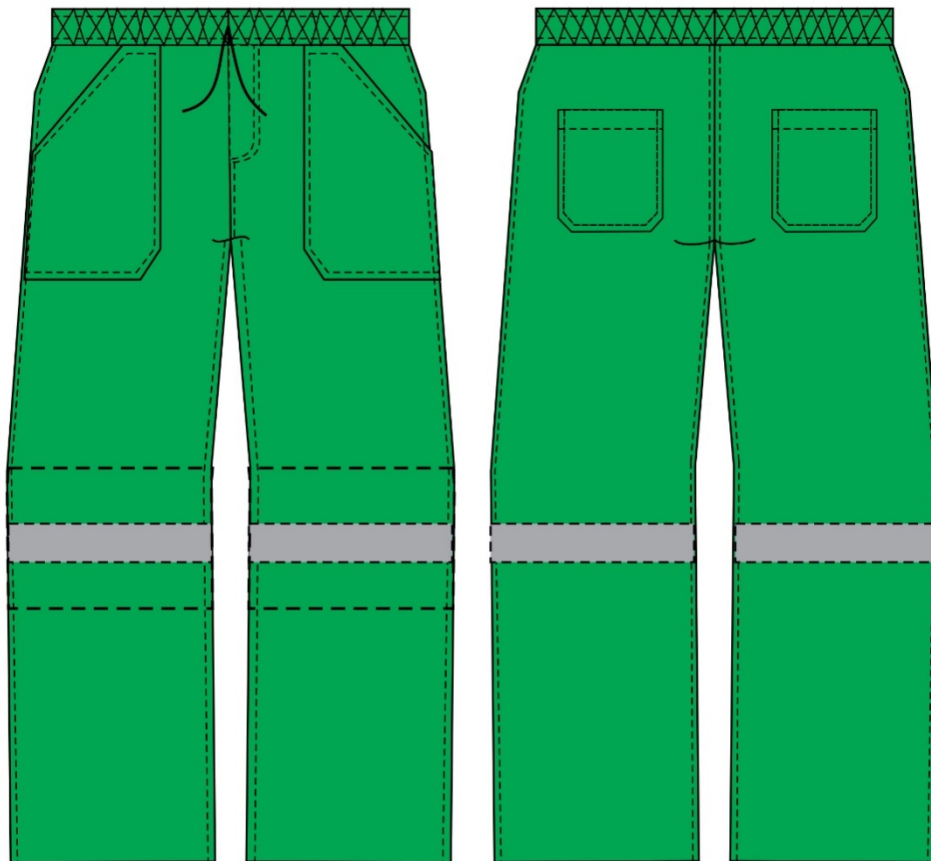
**PARQUES E JARDINS**

**CAMPO DE OBSERVAÇÕES**

COR: VERDE BANDEIRA  
TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO  
GRAMATURA: 260GR/M2  
GOLA: V NA COR BRANCA  
FRENTE: FECHADA, COM FAIXA NA COR BRANCA DE 10 CM  
COSTA: SEM PALA  
MANGAS: CURTAS COM BAINHA BRANCA E FAIXA REFLETIVA PRATA DE 2,5CM  
PINTURA: ABREVIATURA(28,88X4,9) NA FAIXA BRANCA, NOME NAS 2 MANGAS  
E LOGO NAS COSTAS  
FECHAMENTO: 3 AGULHAS  
BAINHA: QUADRADA  
FAIXA REFLETIVA PRATA DE 2,5CM NA PARTE FRONTAL DO TÓRAX E COSTAS

Arquivo

SESP - LAYOUT 12



**PARQUES E JARDINS**

**CAMPO DE OBSERVAÇÕES**

COR: VERDE BANDEIRA  
TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO  
GRAMATURA: 260GR/M2  
CINTURA: ELÁSTICO 40MM, COM 1 CASEADO INTERNO E CORDÃO  
FRENTE: 02 BOLSOS RETOS, TRAVETES NOS CANTOS  
TRAZEIRO: COM 2 BOLSOS CHAPADOS TRAVETADOS  
BRAGUILHA: FALSA  
PERNA: FAIXAS REFLETIVA PRATA DE 2,5CM E REFORÇO INTERNO NOS JOELHOS  
BAINHA: INTERLOKADA  
FECHAMENTO: 03 AGULHAS

**4) AGENTES – PARQUES E JARDINS/OPERADOR ROÇADEIRA**

Arquivo

**SESP - LAYOUT 11**



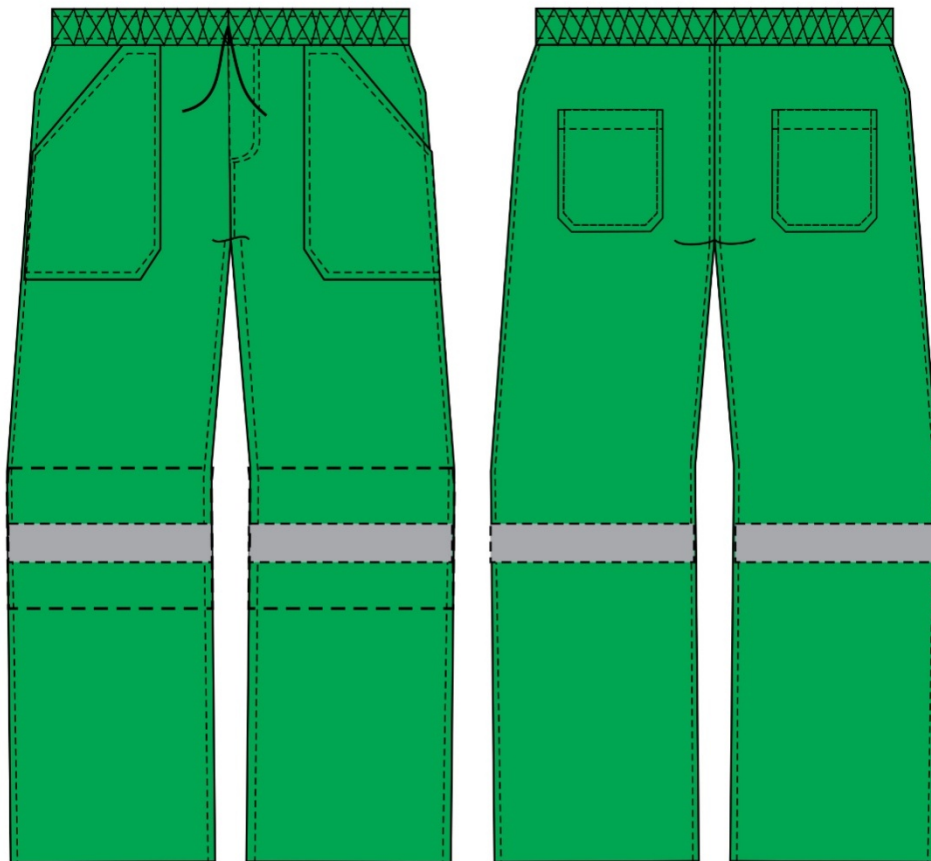
**PARQUES E JARDINS**

**CAMPO DE OBSERVAÇÕES**

COR: VERDE BANDEIRA  
TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO  
GRAMATURA 260GR/M2  
GOLA: V NA COR BRANCA  
FRENTE: FECHADA, COM FAIXA NA COR BRANCA DE 10 CM  
COSTA: SEM PALA  
MANGAS: LONGAS, COM BAINHA NA COR BRANCA E FAIXA REFLETIVA PRATA DE 2,5cm  
PINTURA: ABREVIATURA(28,88X4,9) NA FAIXA BRANCA, NOME NAS 2 MANGAS  
E LOGO NAS COSTAS  
FECHAMENTO: 3 AGULHAS  
BAINHA: QUADRADA  
FAIXA REFLETIVA PRATA DE 2,5CM NA PARTE FRONTAL DO TÓRAX E COSTAS

Arquivo

SESP - LAYOUT 12



**PARQUES E JARDINS**

**CAMPO DE OBSERVAÇÕES**

COR: VERDE BANDEIRA  
TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO  
GRAMATURA: 260GR/M2  
CINTURA: ELÁSTICO 40MM, COM 1 CASEADO INTERNO E CORDÃO  
FRENTE: 02 BOLSOS RETOS, TRAVETES NOS CANTOS  
TRAZEIRO: COM 2 BOLSOS CHAPADOS TRAVETADOS  
BRAGUILHA: FALSA  
PERNA: FAIXAS REFLETIVA PRATA DE 2,5CM E REFORÇO INTERNO NOS JOELHOS  
BAINHA: INTERLOKADA  
FECHAMENTO: 03 AGULHAS

5) AGENTES – CEMITÉRIO E MERCADO

Arquivo

SESP - LAYOUT 01



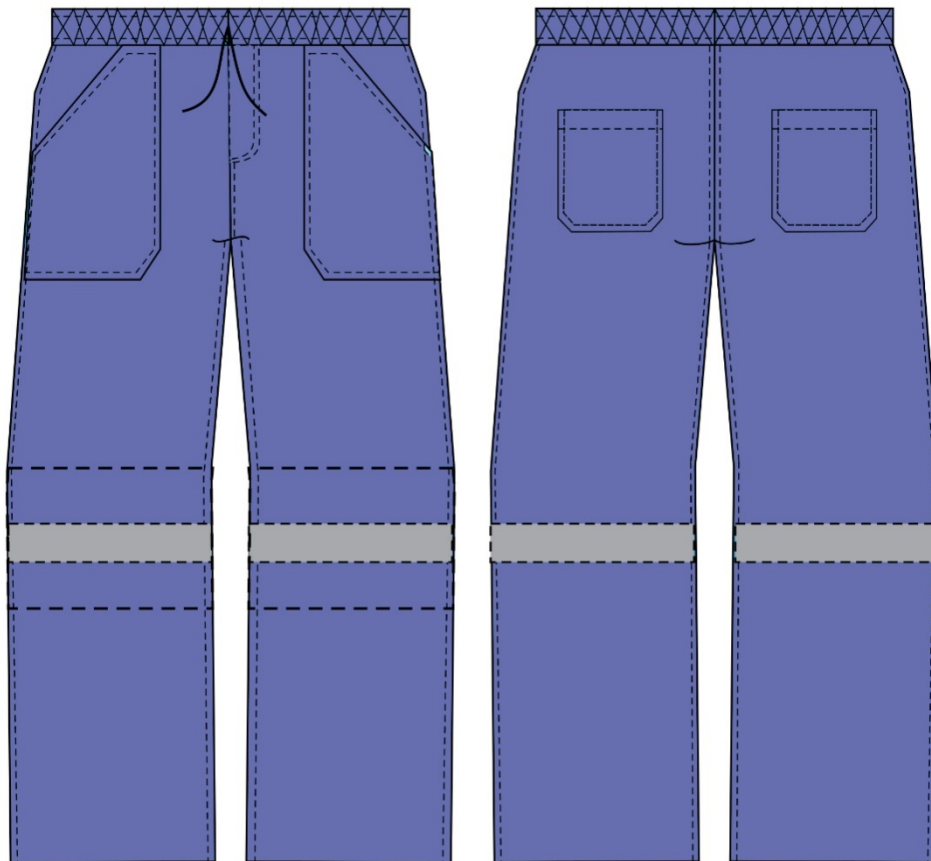
**VARRIÇÃO**

CAMPO DE OBSERVAÇÕES

COR: AZUL CELESTE  
TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO  
GRAMATURA: 260GR/M2  
GOLA: V NA COR BRANCA  
FRENTE: FECHADA, COM FAIXA NA COR BRANCA DE 10 CM  
COSTA: SEM PALA  
MANGAS: CURTAS COM BAINHA BRANCA E FAIXA REFLETIVA PRATA DE 2,5CM  
PINTURA: ABREVIATURA(28,88X4,9) NA FAIXA BRANCA, NOME NAS 2 MANGAS  
E LOGO NAS COSTAS  
FECHAMENTO: 3 AGULHAS  
BAINHA: QUADRADA  
FAIXA REFLETIVA PRATA DE 2,5CM NA PARTE FRONTAL DO TÓRAX E COSTAS

Arquivo

SESP - LAYOUT 02



**VARRIÇÃO**

**CAMPO DE OBSERVAÇÕES**

COR: AZUL CELESTE  
TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO  
GRAMATURA: 260GR/M2  
CINTURA: ELÁSTICO 40MM, COM 1 CASEADO INTERNO E CORDÃO  
FRENTE: 02 BOLSOS RETOS, TRAVETES NOS CANTOS  
TRAZEIRO: COM 2 BOLSOS CHAPADOS TRAVETADOS  
BRAGUILHA: FALSA  
PERNA: FAIXAS REFLETIVA PRATA DE 2,5CM E REFORÇO INTERNO NOS JOELHAS  
BAINHA: INTERLOKADA  
FECHAMENTO: 03 AGULHAS

**6) AGENTES – RIOS E CÓRREGOS**

Arquivo

**SESP - LAYOUT 14**



**RIOS E CÓRREGOS**

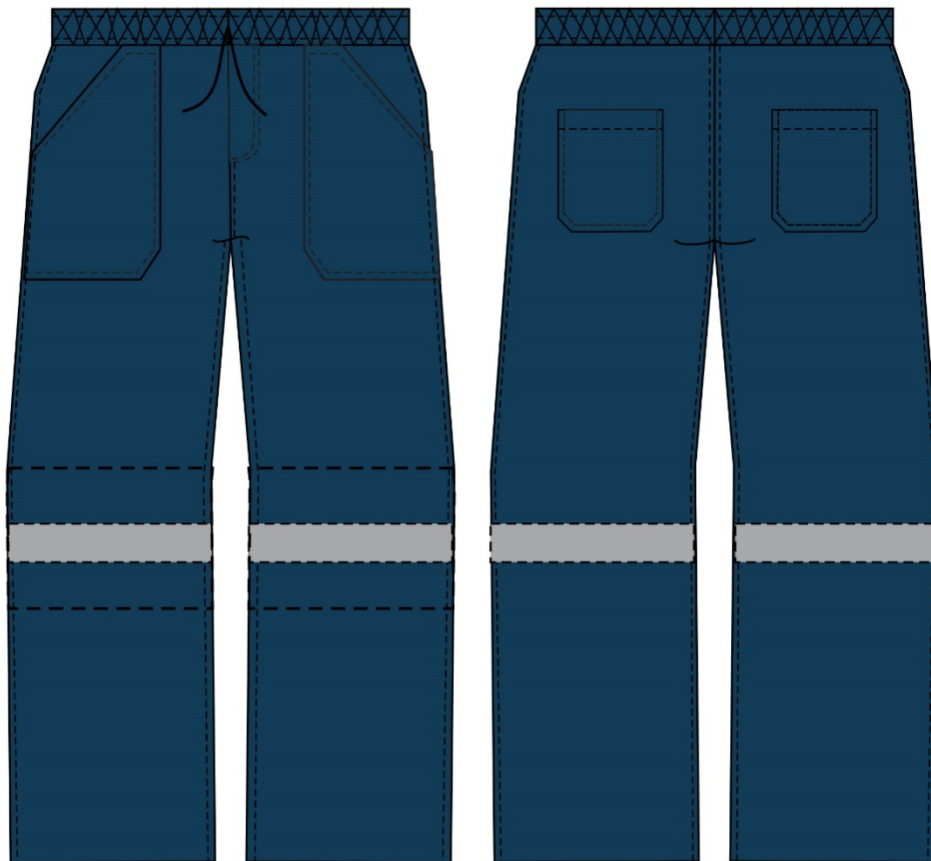
**CAMPO DE OBSERVAÇÕES**

COR: AZUL MARINHO  
TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO  
GRAMATURA: 260GR/M2  
GOLA: V NA COR BRANCA  
FRENTE: FECHADA, COM FAIXA NA COR BRANCA DE 10 CM  
COSTA: SEM PALA  
MANGAS: LONGAS, COM BAINHA NA COR BRANCA E FAIXA REFLETIVA PRATA DE 2,5cm  
PINTURA: ABREVIATURA(28,88X4,9) NA FAIXA BRANCA, NOME NAS 2 MANGAS  
E LOGO NAS COSTAS  
FECHAMENTO: 3 AGULHAS  
BAINHA: QUADRADA  
FAIXA REFLETIVA PRATA DE 2,5CM NA PARTE FRONTAL DO TÓRAX E COSTAS



Arquivo

**SESP - LAYOUT 15**



**RIOS E CÓRREGOS**

**CAMPO DE OBSERVAÇÕES**

COR. AZUL MARINHO  
TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO  
GRAMATURA: 260GR/M2  
CINTURA: ELÁSTICO 40MM, COM 1 CASEADO INTERNO E CORDÃO  
FRENTE: 02 BOLSOS RETOS, TRAVETES NOS CANTOS  
TRAZEIRO: COM 2 BOLSOS CHAPADOS TRAVETADOS  
BRAGUILHA: FALSA  
PERNA: FAIXAS REFLETIVA PRATA DE 2,5CM E REFORÇO INTERNO NOS JOELHOS  
BAINHA: INTERLOKADA  
FECHAMENTO: 03 AGULHAS

7) AGENTE – OPERADOR DE MÁQUINA PESADA

Arquivo

SESP - LAYOUT 29



**OPERADOR DE PÁ - TRATOR**

**CAMPO DE OBSERVAÇÕES**

COR: AZUL ROYAL  
TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO  
GRAMATURA: 260GR/M2  
GOLA: V NA COR VERDE  
FRENTE: FECHADA, COM FAIXA NA COR BRANCA DE 10 CM  
COSTA: SEM PALA  
MANGAS: CURTAS COM BAINHA VERDE E FAIXA REFLETIVA PRATA DE 2,5CM  
PINTURA: ABREVIATURA(28,88X4,9) NA FAIXA BRANCA, NOME NAS 2 MANGAS  
E LOGO NAS COSTAS  
FECHAMENTO: 3 AGULHAS  
BAINHA: QUADRADA  
FAIXA REFLETIVA PRATA DE 2,5CM NA PARTE FRONTAL DO TÓRAX E COSTAS

Arquivo

**SESP - LAYOUT 30**



**OPERADOR DE PÁ - TRATOR**

**CAMPO DE OBSERVAÇÕES**

COR: AZUL ROYAL  
TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO  
GRAMATURA: 260GR/M2  
CINTURA: ELÁSTICO 40MM, COM 1 CASEADO INTERNO E CORDÃO  
FRENTE: 02 BOLSOS RETOS, TRAVETES NOS CANTOS  
TRAZEIRO: COM 2 BOLSOS CHAPADOS TRAVETADOS  
BRAGUILHA: FALSA  
PERNA: FAIXAS REFLETIVA PRATA DE 2,5CM E REFORÇO INTERNO NOS JOELHOS  
BAINHA: INTERLOKADA  
FECHAMENTO: 03 AGULHAS

8) BONÉ – AGENTES - TODOS

Arquivo

SESP - LAYOUT 03

VARRIÇÃO AGENTES E FISCAL  
CEMITÉRIO, MERCADO E LIMPEZA  
INTERNA



CAMPO DE OBSERVAÇÕES

COR: AZUL CELESTE  
TECIDO: BRIM 260GR/M2  
TRASEIRO: COM REGULADOR EM PVC  
PINTURA: LOGOMARCA NA FRENTE

9) LOGOMARCA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS



PREFEITURA  
**LAURO DE  
FREITAS**

**S E S P**



**Anexo VII – Modelo de Solicitação de Impugnação ou recurso**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**LAURO DE FREITAS**

Nome/Razão Social

Endereço

Insc. no Cadastro Físico Social

Insc. no Cadastro Econômico Social

**Senhor (a) Prefeito (a):**

Requer:

Telefone p/ contato:

Nestes Termos Pede Deferimento \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_